



www.enaphem.com



O ensino de Matemática nas Escolas Isoladas de Santa Catarina: dos enunciados no Programma de 1926

The teaching of Mathematics in the Isolated Schools of Santa Catarina: from the statements in the 1926 Program

*Francine Fragoso de Miranda Silva¹
Cláudia Regina Flores²*

Resumo

Este trabalho trata a respeito do ensino de matemática nas escolas isoladas das zonas coloniais de Santa Catarina. O objetivo é discorrer sobre os enunciados emergentes no Programma de Ensino Oficial adotado pelo Estado no ano de 1926. O referencial teórico adotado é o de Michel Foucault, por meio do qual foi possível analisar o Programma de Ensino das Escolas Isoladas das Zonas Coloniais de Santa Catarina, aprovado por meio do Decreto nº 1944, de 27 de fevereiro de 1926. As análises mostram que houve um outro dimensionamento dado à Matemática neste programa, que tinha o objetivo, além de alfabetizar, de ensinar a língua portuguesa, inclusive a linguagem vernácula aritmética.

Palavras-chave: Enunciados; Escolas Isoladas; Santa Catarina; Matemática.

Escolas Isoladas em Santa Catarina

É comum nos depararmos com pesquisas que tratam do ensino de Matemática nos Grupos Escolares. Porém, pode-se afirmar que há poucas pesquisas que têm foco nas Escolas Isoladas vigentes no Estado no mesmo período.

Apesar de ter havido uma importante reforma do ensino em Santa Catarina em 1910 – Reforma Orestes Guimarães – não foi ela que trouxe à baila as escolas isoladas. Elas já existiam. De acordo com Silveira (2013),

As escolas isoladas, herança das escolas de Primeiras Letras³, foram mantidas na reforma, sendo que nas sedes dos municípios eram chamadas

¹ Doutoranda em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: francineemiranda@gmail.com.

² Doutora em Educação pela UFSC/SC. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. E-mail: clauereginaflores@gmail.com.

de preliminares, nas sedes dos distritos de intermédias e nos bairros de provisória e formavam a maioria das crianças (Silveira, 2013, p. 67).

Pereira (2004) traz definições a respeito do que se consideraria uma Escola Isolada:

Escolas Isoladas segundo a Lei nº 846, de 11/10/1910 (Vidal Ramos/Caetano Vieira da Costa), Secção II, Art. 57 – b, seriam as escolas regidas por normalistas. p. 19. APESC. Segundo o Decreto N.SE - 26-9-61/712 (Celso Ramos/Elpídio Barbosa), Capítulo II, Art. 41 – I, são consideradas Escolas Isoladas (EI) aquelas que possuem uma só turma de alunos entregue a um só docente (p. 11). Secretaria Estadual de Educação (Pereira, 2004, p. 157-158).

Ao que tudo indica, eram escolas pequenas, geralmente compostas por apenas uma turma, com um só docente, cujo funcionamento era de forma bem precária: “As escolas isoladas tinham características de funcionar em locais não apropriados para um ambiente de ensino, como casebres, salões das igrejas, em casas fornecidas pela comunidade, e até mesmo nas casas dos docentes” (Ferber, 2014, p. 4). Percebe-se que não se tinha um espaço adequado para o desenvolvimento das atividades educacionais.

A partir da Reforma, pode-se afirmar que houve três novos programas de ensino: o de 1911, o de 1914 e o de 1920. Porém, verificou-se um problema nas zonas coloniais catarinenses: grande número de crianças falava mal ou até desconhecia a língua nacional, o que tornava inadequado o programa vigente. Era necessário, portanto, a organização de um programa que atendesse “[...] aos problemas da *desanalfabetização* e do ensino da língua portuguesa” (Decreto nº 1944, 1926).

Assim, o Governador em exercício, Antonio Pereira da Silva e Oliveira, publicou o Decreto nº 1944, de 27 de fevereiro de 1926, aprovou o programa organizado por Orestes Guimarães “[...] para uso das escolas das zonas *coloniaes*” (Decreto nº 1944, 1926).

Neste trabalho, o Programa de 1926 é considerado como um dispositivo. Entende-se por dispositivo,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentadas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 2018, p. 364).

Assume-se, portanto, que este Programa é um dispositivo educacional, que possibilita “compreender como se prescreveram e foram praticadas certas normas à escola primária” (Santos, Flores & Arruda, 2013, p. 9). Trata-se de concordar com a mesma interpretação dada por Santos, Kuhn e Flores (2017, p. 364) quando assumem “programas de ensino como efeitos de um discurso produzindo elementos de um dispositivo”.

Do mesmo modo que as autoras fizeram, o programa de ensino estudado

³ Em 1827 uma Lei Imperial instituiu as Escolas de Primeiras Letras conhecidas como escolas para aprender a ler, escrever e contar (Silveira, 2013, p. 67).

neste artigo também é compreendido como parte de um dispositivo ainda maior. O que se busca, portanto, é identificar os enunciados que circularam em torno do ensino de matemática nas Escolas Isoladas de Santa Catarina, naquele período já determinado. Esses enunciados estabeleceram condições “para que os conteúdos estabelecidos nesses programas se tornassem presentes nas salas de aulas” (Santos, Kuhn & Flores, 2017, p. 365) daquelas respectivas escolas.

Enunciados, aqui, são tomados como aquilo que “abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro” (Foucault, 2008, p. 31-32). Mais especificamente, Santos, Kuhn & Flores (2017, p. 365) assim definem: “Assim o enunciado pode ser compreendido como uma norma colocada para uma relação, um conjunto de operações em que o sentido está em compreender como ele se relaciona”.

Busca-se, portanto, resgatar os enunciados emergentes acerca da Matemática no Programma de 1926.

O Programma de 1926

O novo *Programma* tinha o objetivo de “[...] conjugar a solução dos intrincados problemas da *desanalphabetização* e do *ensino do vernáculo*, ao passo que o programma vigente, supondo alumnos conhecedores da língua nacional, visa só *desanalphabetizar*” (Santa Catarina, 1926, p. 5).

Os conteúdos de Matemática foram distribuídos nos 3 anos de escolarização. Porém, a novidade é que a Matemática foi pensada em três dimensões: a falada, a escrita e a prática.

Para o 1º Anno, os conteúdos foram dispostos de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1: Conteúdos para o ensino de Arithmetica para o 1º Anno do Programa de 1926

Falada	Escrita	Prática
<p>1º - Contar de um em um, de dois em dois, de três em três, de quatro em quatro, de cinco em cinco, até mil.</p> <p>2º - Contar de cem a duzentos, trezentos, quatrocentos, quinhentos, seiscentos, setecentos, oitocentos, novecentos, até mil, fazendo o professor a devida explicação do mecanismo da formação dos números entre cem e duzentos, duzentos e trezentos, etc.</p> <p>3º - Leitura dos números ordinaes de 1ª a 20ª.</p>	<p>1º - Representação dos algarismos arábicos.</p> <p>2º - Representação dos números de um até cem.</p> <p>3º - Representação dos números de cem a duzentos.</p> <p>4º - Representação dos números entre trezentos e mil.</p> <p>5º - Representação orthographica dos números de um a cem.</p> <p>6º - Representação orthographica dos números ordinaes até o vigésimo.</p>	<p>1º - Pequenas operações:</p> <p>a) sobre a somma;</p> <p>b) sobre a subtracção;</p> <p>c) sobre a multiplicação;</p> <p>d) sobre a divisão.</p> <p>2º - Pequenos problemas:</p> <p>a) sobre a somma;</p> <p>b) sobre a subtracção;</p> <p>c) sobre a multiplicação;</p> <p>d) sobre a divisão;</p> <p>e) em que entrem a somma e a subtracção.</p>

Fonte: (Santa Catarina, 1926)

É importante destacar que há orientações ao professor que o documento chama de “Advertência”. No 1º ano, antes de apresentar as dimensões falada, escrita e prática, o programa assim prescreve: “ADVERTENCIA – o ensino de arithmetica nesta classe, na sua primeira phase (a falada), é o que se pode denominar o estudo da **linguagem vernacula arithmetica** (Santa Catarina, 1926, p.

13, **grifo no original**).

Já na dimensão “prática”, consta a seguinte orientação: “ADVERTENCIA – esta parte será ministrada á seção A, após os exercícios anteriores – os **falados e escriptos**” (Santa Catarina, 1926, p. 13, **grifo no original**).

Para o 2º Anno, os conteúdos foram estabelecidos como mostra o Quadro 2:

Quadro 2: Conteúdos para o ensino de Arithmetica para o 2º Anno do Programa de 1926

Falada	Escripta	Prática
1º - Continuação da contagem, conforme programma do 1º anno, explicando o professor o mecanismo da formação dos números entre cem, mil, dois mil, três mil, quatro mil, etc., entre mil e dez mil, etc. 2º - Sommar, rapidamente, de um em um, de dois em dois, de três em três, de quatro em quatro, de cinco em cinco, de seis em seis, de sete em sete. Subtrahir pelo mesmo processo da somma. 3º - Multiplicar, empregando a taboa de Phytagoras. 4º - Dividir os números múltiplos de 4 a 100 pelos respectivos fatores. 5º - Leitura dos números ordinaes de 1 a 100.	1º - Representação dos números, em geral. Ensino pratico da funcção do zero, do valor absoluto e relativo dos algarismo. 2º - Representação orthographica dos números cardinaes, em geral. 3º - Representação orthographica dos números ordinaes até cem. 4º - Representação dos números romanos até cem.	1º Desenvolvimento do Programma do 1º anno. 2º - Problemas variados, porém fáceis, em que entrem, simultaneamente, as quatro operações (os problemas devem ser desenvolvidos gradativamente). 3º - Conhecimento das fracções. Divisão das mesmas em ordinárias e decimaes. Forma de representação das mesmas. 4º - Exercícios de leitura de fracções ordinárias. Conhecer quando augmentam e quando diminuem as fracções ordinárias, idem decimaes. 5º - Exercícios de leitura de fracções decimaes. As diversas formas por que ellas podem ser lidas.

Fonte: (Santa Catarina, 1926)

No 2º ano, há somente uma advertência, referente à dimensão falada. Assim prescreve o documento: “ADVERTENCIA – Exija-se que os alumnos, nestes exercícios, falem alto e pronunciem correctamente os números” (Santa Catarina, 1926, p. 17).

Por último, para o 3º Anno, houve uma simplificação na disposição de conteúdos, que não foram organizados como os dois anteriores, como se pode verificar no Quadro 3:

Quadro 3: Conteúdos para o ensino de Arithmetica para o 3º Anno do Programa de 1926

1º - Variados problemas sobre inteiros. 2º - Fracções ordinárias e decimaes. 3º - Noções sobre o systema métrico decimal. Pesos e medidas. Problemas de reduções de medidas antigas a modernas e de modernas a antigas. 4º - Regra de três. Problemas. 5º - Juros simples. Problemas. 6º - Desconto. Problemas. 7º - Cambio. Problemas.

Fonte: (Santa Catarina, 1926)

Da leitura dos quadros acima, infere-se que a Matemática deixou de ser evidente em relação ao Programa anterior. Porém, ela foi reestruturada de modo que ficou distribuída nas dimensões falada, escrita e prática.

Dentre vários enunciados emergentes, destaca-se um: **os alunos deveriam**

dominar a linguagem vernácula aritmética, ou seja, os alunos destas escolas eram preparados de maneira a pronunciarem corretamente os números e operações dentro dos padrões da língua portuguesa.

Outro enunciado que emerge é o de que **a matemática foi tida como uma disciplina dispensável neste Programa, para dar lugar ao ensino da língua nacional**.

Este Programa vigorou até 24 de outubro de 1928, quando da publicação do Decreto nº 2.218, surgido a partir das conclusões da Conferência do Ensino Primário, realizada em julho de 1927, na cidade de Florianópolis.

Referências

Decreto nº 1.944, de 27 de fevereiro de 1926. (1926). Aprova o Programma de ensino das Escolas Isoladas das zonas coloniaes.

Ferber, L. P. (2014). Os jeitos de ser das escolas isoladas de Santa Catarina: entre relatórios e programas de ensino (1911-1916). *Publicações do Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul e Reunião Científica Regional da ANPED (X ANPEDSUL)*, Florianópolis (SC), (1), 1-15. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/publicacao/trabalhos_completos.php.

Foucault, M. (2008). *A Arqueologia do Saber* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Forense.

Foucault, M. (2018). *Microfísica do poder* (8ª ed.). Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

Pereira, V. R. B. (2004). *NACIONALIZAÇÃO – Autoritarismo e Educação Inspetores e Professores nas escolas catarinenses – 1930 - 1940*. Dissertação de Mestrado em Educação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Retirado em 1º de agosto, 2020, de: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86861>.

Santa Catarina. (1926). *Programma de Ensino das Escolas Isoladas das zonas coloniaes*. Imprensa Oficial, Florianópolis.

Santos, P. S. dos, Flores, C. R. & Arruda, J. P. de. (2013). Fotografias: o visível e o invisível de uma história do ensino de matemática. *REMATEC*, 8(13), 7-23. Disponível em: <http://www.rematec.net.br/index.php/rematec/issue/view/issue/14/25>.

Santos, P. S. dos, Kuhn, T. T. & Flores, C. R. (2017). Dos enunciados acerca da matemática e do desenho nos Grupos Escolares catarinenses. *Atos de Pesquisa em Educação*, 12(2), 363-388. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2017v12n2p363-388>.

Silveira, R. K. da. (2013). *Orientações da Reforma Orestes Guimarães para a matemática na Escola Normal Catharinense*. Dissertação de Mestrado em Educação Científica e Tecnológica. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Retirado em 1º de agosto, 2020, de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107107>.